

“ACUSAMOS O RECEBIMENTO DO VOSSO OFÍCIO”: O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892

Danilo Arnaldo Briskievicz*

lattes.cnpq.br/4909704759959069

Resumo: Analisamos a conjuntura de criação e funcionamento do Conselho de Intendência do Serro no período de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892, em especial sua Inspeção Municipal, responsável pelo novo projeto modernizador da instrução pública no município-sede e seus distritos. Discutimos a respeito dos conflitos inerentes ao novo projeto de instrução pública considerando quatro pontos: o primeiro é como o ideário positivista da modernização da instrução pública se manifestou; o segundo é como a imensidade geográfica do município e de seus distritos afetou o projeto renovador; o terceiro é como o funcionamento burocrático através de documentos se dava no contexto (impactado pelas reformas de Leôncio de Carvalho, de 1879 e de Benjamin Constant, iniciada em 1890) e o quarto é o embate republicano na imprensa serrana. A metodologia utilizada é a de pesquisa documental das fontes primárias do Conselho de Intendência do Arquivo de Câmara do IPHAN Serro, bem como de fontes primárias e secundárias da história do Serro, de Minas Gerais e do Brasil, como leis, decretos, portarias, recibos de obras e livros, além de fontes secundárias de autores ligados à história da educação imperial e republicana para ampliação conceitual do contexto pesquisado. Espera-se como resultado oferecer uma contribuição para a história da educação no Brasil republicano.

Palavras-chave: Conselho de Intendência do Serro; Instrução pública; República brasileira; História da educação; Reformas da educação brasileira.

"WE ACCEPT THE RECEIPT OF YOUR OFFICE": THE SERRO INTENDANCE COUNCIL AND THE PUBLIC INSTRUCTION OF THE REPUBLIC, 1890 TO 1892

Abstract: We analyze the creation and functioning of the Serro Council Intendance of from January 23, 1890 to March 7, 1892, in particular its Municipal Inspection, responsible for the new modernization project of public education in the city and its districts. We discussed the conflicts inherent in the new public education project considering four points: the first is how the positivist ideology of the modernization of public

* Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MG (Brasil). Contato: doserro@hotmail.com.

instruction manifested itself; the second is how the geographical immensity of the municipality and its districts affected the renovating project; the third is how the bureaucratic operation through documents occurred in the context (impacted by the reforms of Leôncio de Carvalho, 1879 and Benjamin Constant, begun in 1890) and the fourth is the republican clash in the mountain press. The methodology used is documentary research of the primary sources of the Council of Intendance of the Chamber Archive of IPHAN Serro, as well as primary and secondary sources in the history of Serro, Minas Gerais and Brazil, such as laws, decrees, ordinances, receipts works and books, as well as secondary sources of authors related to the history of imperial and republican education for conceptual extension of the researched context. As a result, it is expected to contribute to the history of education in republican Brazil.

Keywords: Serro Council Intendance. Public Instruction. Brazilian Republic. History of Education. Reforms of Brazil Education.

* * *

O problema: a instrução pública republicana no Serro

No dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a república brasileira na cidade do Rio de Janeiro, a antiga corte da abolida monarquia de Dom Pedro II, o imperador constitucional parlamentarista. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca destituiu do poder o monarca Dom Pedro II e foi instituído um Governo Provisório da República que vigiu até 24 de fevereiro de 1891, data da promulgação da nova Constituição. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decretou no seu primeiro documento oficial do dia 15 de novembro, no artigo 4º, que enquanto não houvesse uma nova constituição e eleições regulares para as “Legislaturas de cada um dos Estados” (BRAZIL, 1890a) o governo das antigas províncias seria também provisório composto por delegados do governo central. Tratava-se de um governo provisório nacional e estadual que chegou ao município do Serro. Esse constituiu um Conselho de Intendência após a dissolução da Câmara Municipal por ofício do governador, datado de 23 de janeiro de 1890. Assumiu a presidência do Conselho de Intendência o coronel Sebastião José Ferreira Rabello (1823-

1900) que governou de 04 de fevereiro até *supostamente* janeiro de 1891 (ARQUIVO IPHAN SERRO, Documentos de Câmara, Doc. 180, Cx. 21; 176, 20¹), sendo sucedido por outro intendente, Secundo José Baptista (DC:180, 21), que permaneceu no cargo até a posse da nova Câmara Municipal, no dia 07 de março de 1892. Por isso, o governo provisório serrano se estendeu para além da Constituição de 1891, prolongando-se até 1892, dentro do período mais longo chamado de República Velha (1889-1930) e do período mais curto denominado República da Espada (1889-1894). Nesse contexto, interessa-nos entender como a instrução pública foi tratada na transição realizada no Serro por esses dois intendentes, seus vice-presidentes e seus procuradores, sob o impacto decisório dos governos provisórios e constitucional federal e estadual. Evidentemente, o Conselho de Intendência também era um governo provisório para instaurar uma nova ordem política e de governança republicanas.

É por conta deste novo cenário político de novos arranjos do corpo político que colocamos nossas indagações e constituímos nosso objeto de pesquisa: como as mudanças republicanas federais em relação à instrução pública – corroboradas pela Secretaria de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto, irão repercutir no Serro no período de governo do Conselho de Intendência (de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892)? Como o município do Serro e seus governantes (antes a elite do império, agora a elite da república) vai lidar com a instrução pública republicana nos primeiros anos do novo regime nacional? Quais são apropriações e negativas ao projeto republicano de instrução pública a partir do governo provisório municipal? A educação serrana pode retratar, por fim, os conflitos e desafios da educação republicana?

Para responder às questões-problemas acima escrevendo uma versão dos fatos atinentes à instrução pública é que priorizamos como metodologia a coleta de informações nas fontes primárias do município do Serro, principalmente os documentos do Conselho de Intendência encontrados no Arquivo Iphan da Casa do General Carneiro, preferencialmente

¹ Doravante apenas DC seguido do número do documento e de sua caixa no Arquivo do IPHAN Serro.

ligados à instrução pública, além dos jornais do período; num segundo momento, a partir dos documentos serranos, pesquisamos fontes primárias e secundárias ligadas à história do Serro, de Minas Gerais e do Brasil, como leis, decretos, portarias, recibos de obras e fontes bibliográficas. Num terceiro momento, foram levantadas e consideradas fontes secundárias de autores ligados à história da educação imperial e republicana para ampliação conceitual do contexto pesquisado. É assim que a metodologia proposta intenciona criar uma versão dos fatos relacionados à instrução pública a partir de fontes primárias e secundárias em que as esferas de governos se hierarquizam, se completam ou se negam, criando uma *nova instrução pública*.

O resultado esperado é uma descrição pormenorizada da instrução pública no Serro no período de 1890 a 1892. Por isso, apresentamos como linhas mestras de nossos estudo quatro perspectivas teóricas de como a instrução pública da república se efetivou no Serro, em quatro momentos: o primeiro é como o ideário positivista da modernização da instrução pública se manifestou; o segundo é a demonstração de como a imensidade geográfica do município e de seus distritos afetou o projeto renovador; o terceiro é como o funcionamento burocrático através de documentos se dava no contexto (impactado pelas reformas de Leôncio de Carvalho, de 1879 e de Benjamin Constant, iniciada em 1890) e o quarto é o embate republicano na imprensa serrana. Enfim, esperamos oferecer um panorama da instrução pública a partir das decisões do Conselho de Intendência do município do Serro, em que se possa revisitar o espírito *modernizador e restaurador* da época em que entre improvisos e transições, conflitos e contradições se forjou incipientemente o que conhecemos hoje como uma tentativa de educação republicana brasileira.

O início e tudo: a pitoresca alvorada republicana no Serro

O deputado e jornalista serrano Joaquim Ferreira de Salles escreveu importante depoimento sobre a chegada notícia do golpe militar republicano ao Serro. A partir de seu pitoresco relato podemos perceber como a república brasileira foi interpretada tanto pelas elites locais quanto pela população em geral, da qual naquele momento, *o menino* fazia parte. Assim, aos dez anos de idade, Joaquim de Salles memorizou a movimentação popular republicana pelas ruas da cidade, numa alvorada, que longe de ser o “despertar da madrugada”, era uma marcha patriótica noturna. A *alvorada republicana* reuniu “a quase unanimidade da população” (SALLES, 1993, p. 180) no Largo da Matriz, bem defronte à casa da Câmara Municipal. A forma de se fazer esta manifestação pública no espaço urbano denota certa intencionalidade das elites serranas em relação ao novo projeto nacional: a casa da Câmara era o prédio onde desde o século XVIII, tomavam-se as decisões a partir dos ofícios vindos da monarquia portuguesa, num primeiro momento, diretamente da capital portuguesa, Lisboa, nos séculos XVIII; no século XIX, a partir dos primeiros anos, diretamente da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Por isso,

No ponto principal do recinto das sessões da Câmara, que era outrossim do Júri, um quadro a óleo do Imperador representava o soberano olhando para todos com seus olhos azuis e serenos [...]. Um rapazelho mais exaltado, ao entrar na sala da Câmara, trepou a uma cadeira, arrancou da parede o retrato de Dom Pedro e a seguir, sacando a cava do colete um punhal afiado, desferiu vários golpes contra a bela efígie do Magnânimo. Mutilou e inutilizou assim o que era considerado uma obra de arte, e tal devera ser um quadro que, aos magros cofres do Município, custara obra de um conto e quinhentos mil-réis (SALLES, 1993, p. 180-181).

Assim, em frente à casa da Câmara Municipal fica a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e ao seu lado a casa do vigário paroquial. A nova república colocou em xeque a estrutura do padroado (CURY, 2006, p. 6), um conluio entre o Império e a Igreja, que terminava *oficialmente* com o golpe de Deodoro da Fonseca, que terminava agora no Serro, com festa no largo *mais poderoso da cidade*, em que se encontravam os detentores da velha ordem imperial, a Câmara e a Igreja. Joaquim de Salles con-

tinua seu relato contando-nos que os republicanos se reuniram para implantar uma nova ordem popular e no Largo da Matriz “pareciam alucinados.” Assim, “o Brasil acabava de ser incorporado à democracia na manhã de 15 de novembro. E democracia era aquilo mesmo: o direito de fazer discursos sem ideias, sem sentido e sem sintaxe” (SALLES, 1993, p. 181). Após a destruição do quadro de Dom Pedro II e a demarcação de uma nova ordem cívica pelas elites locais, o préstito percorreu toda a cidade, do (SALLES, 1993, p. 182).

A alvorada republicana foi organizada pela *nova elite* serrana, agora convergente ao novo projeto nacional. Joaquim de Salles lembra-nos que “antes da Proclamação da República, não haveria mais de cinco ou seis republicanos, ainda surgidos após a Lei de 13 de maio” por ocasião em que “o Coronel Jacinto de Magalhães e o Ernesto do Nascimento fizeram a conquista do Coronel Sebastião Rabello, de seu irmão o Barão do Serro e do Teotônio de Magalhães.” Dessa forma, os republicanos serranos herdaram novo prestígio com a proclamação da república. Por isso, “na alvorada da proclamação, tomavam a frente o Coronel Sebastião Rabello, o Barão do Serro, o Ernesto do Nascimento, o Coronel Jacinto de Magalhães e o Teotoninho” e “nenhum deles vestia sobrecasaca nem trazia cartola” pois “tal uniforme podia ser interpretado como antidemocrático, pelo que os paredros trataram, tanto quanto possível, de usar indumentária popular,” com exceção do “Ernesto e o Teotoninho, que só sabiam sair à rua de fraque. Nem ninguém os reconheceria, se se vestissem de paletó saco” (SALLES, 1993, p. 182). A imagem da *troca de casaca* da nova elite serrana fica evidente: os que comandavam a cidade na monarquia permaneceram no poder e continuaram a comandar, não mais os súditos da monarquia, mas os cidadãos da república.

Da pitoresca alvorada republicana narrada por Joaquim de Salles tiramos, além de um testemunho ocular dos fatos e uma descrição pormenorizada de lugares e pessoas, uma informação fundamental sobre os republicanos serranos *históricos* que vão assumir o poder político municipal, a partir do ofício de nomeação para o Conselho de Intendência alguns dias depois.

Em primeiro lugar, apareceu o tenente-coronel Jacinto de Magalhães e Castro. Foi um político influente na cidade no Império. Mudando de casaca rapidamente, o agora *cidadão* Jacinto, além de ser nomeado para a Intendência manteve-se na Câmara Municipal empossada em 07 de março de 1892, autorizada pela Consituição de 1891, imediatamente assumindo o cargo de vereador eleito. No ano de 1897, ocupou o cargo de presidente e agente executivo do Serro, expedindo um recibo de quatro mil réis para Francisco Valentim de Souza Azevedo, que analfabeto, pediu que Alexandrino Zacarias assinasse o documento a seu *rogo*, por “serviços prestados em limpeza do caminho que vai da fonte publica do Arraial de Baixo” (XXX, 2017). Em 1914, ocupou o cargo de vereador pelo distrito de Milho Verde (XXX, 2017).

Em segundo lugar, apareceu o sobrinho do tenente-coronel Jacinto de Magalhães e Castro. Joaquim Salles chamava de Teotoninho, mas seu nome completo era Teotônio Pereira de Magalhães e Castro (1858-1918). Herdeiro e partícipe da influência política do tio, com o qual foi criado desde a infância por conta do falecimento de seu pai, foi deputado provincial à 25^a Legislatura, de 1884 a 1885, tornando-se, além de político, advogado de formação e jornalista. Segundo Souza (1999, p. 265), “segundo a vocação da família, além de político torna-se garimpeiro e, em 1890, arrematou com o major Antônio Honório Pires de Oliveira os terrenos junto ao Córrego do Brumado” no local “onde instalaram a mineração do Descoberto.”

Em terceiro lugar, apareceu o Ernesto do Nascimento que, de fato, tem o nome completo de Ernesto Peregrino do Nascimento Moura. Nos documentos do Conselho de Intendência do qual fará parte, é omitida sua patente honorífica. Contudo, na lista nominal da campanha para angariar donativos para o patrimônio da Faculdade Livre de Direito de Ouro Preto (XXX, 2017), aparece como major. O título provavelmente foi conquistado por sua participação no Conselho de Intendência como procurador. A república ampliou o seu poderio, em curtíssimo espaço de tempo.

Em quarto lugar, apareceu o barão do Serro, Joaquim José Ferreira Rabello (1832-1910), irmão do coronel Sebastião Rabello, o futuro intendente municipal, agora não mais um nobre, mas convertido à

categoria de *cidadão*. Ele estudou Humanidades no Seminário de Mariana e formou-se bacharel em Ciências Jurídicas. Trata-se de uma figura emblemática e de difícil classificação política se considerarmos sua posição de barão na monarquia, uma vez que pertencia à oligarquia rural e mineradora serrana. Por outro lado, assumiu posições bastante liberais para a época, tornando abolicionista e republicano *antes* da proclamação da república. Nesse sentido, nos informa Souza (1999, p. 292-293) que o barão do Serro “era republicano, abolicionista e dirigiu com o major Jacinto Pereira de Magalhães e Castro o Partido Liberal do Serro”, sendo um dos fundadores do Clube Republicano da cidade, “do qual faziam parte, entre outros próceres, Sebastião José Ferreira Rabello, presidente, Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, Ernesto Peregrino do Nascimento Moura” e “Teotônio de Magalhães e Castro.”

Em quinto lugar, apareceu o coronel Sebastião José Ferreira Rabello (1823-1900). Maria Eremita de Souza, reconhecida historiadora das famílias *tradicionais* serranas, escreveu uma biografia do *republicano cidadão* coronel Sebastião Rabello baseando-se em “testemunho de documentos esparsos e fontes oferecidas pela pianista Rita Rabello e Zé Doutor” (SOUZA, 1999, p. 289). Segundo seus registros nada imparciais, Souza (1999, p. 289-291) descreveu o coronel Sebastião Rabello como “figura proeminente no cenário social e político do Serro”, sendo nomeado “por decreto imperial de 14 de outubro de 1857” como tenente-coronel, “comandante do 15º Batalhão, e com patente passada em 16 do mesmo mês.” A elite serrana frequentava sua chácara em que se deparavam com um rico proprietário de terras e minas de ouro e diamantes elegantemente trajado com “chapéu bombom, hoje cartola, traje apurado, *croisé*, bengala de castão de ouro, relógio com gôndola de ouro preso ao colete.” Seu prestígio social advinha do fato de ser o homem mais rico da cidade, “grande proprietário com uma renda de mais ou menos 20 contos de réis vindo-lhe a seguir os proprietários com renda presumíveis em dez ou doze contos de réis.”

Os republicanos históricos serranos receberam sua recompensa pela fidelidade ao novo governo. Entre eles formou-se o Conselho de Intendência nomeado diretamente pelo governador do Estado de Minas Gerais, Cesário Alvim, no dia 23 de janeiro de 1890 como se lê em seguida:

Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto, 23 de janeiro de 1890. Comunico-vos que, que nesta data, dissolvi essa Câmara e criei em substituição um Conselho de Intendência composto dos cidadãos: Cel. Sebastião José Ferreira Rabello – Presidente, Major Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, Coronel José de Ávila Bittencourt e adjuntos Ernesto Peregrino do Nascimento Moura e Capitão José Generoso de Moura e Silva. José Cesário de Faria Alvim (XXX, 2017).

A comunicação da dissolução da Câmara Municipal à população serrana se deu através de Edital publicado no dia 04 de fevereiro de 1890, instaurando uma nova ordem republicana na cidade:

O Conselho de Intendência Municipal de Serro faz saber a todos os habitantes desta cidade que nesta data assumiu o exercício de suas funções digo de governo e administração dos negócios do município, conhecimento o direito que tem todo o cidadão deste país a manutenção de sua tranqüilidade e de seu bem estar, está disposto a providenciar sobre tudo quanto for em bem dos interesses comuns de sua municipes, para o que espera o seu valioso concurso, muito confiando em seu animo justo e patriótico [...] (XXX, 2017).

No dia seguinte, os Intendentes nomeados enviaram ao governo de Minas Gerais o comunicado de aceitação da nomeação elencando os diversos problemas herdados da monarquia imperial de Dom Pedro II. O tom de reivindicação está presente no ofício, justificando-se o baixo investimento em instrução pública a ser realizado pelas poucas rendas do município. É o que se lê a seguir:

Acusamos o recebimento do vosso ofício datado de 23 do passado em que nos dignastes nomear-nos Intendentes Municipais desta cidade e em cumprimento de nosso dever temos a honra de levar ao vosso conhecimento que em data de ontem tomamos posse de nossos cargos e assumimos as respectivas funções. A missão que hoje nos cabe depois de vossa nomeação é assaz pesada por isso que a nossa localidade acha-se bastante depauperada e até

sofrendo a calamidade da fome. Foi esta cidade uma das mais ricas e prósperas do Estado de Minas Gerais antes da baixa dos diamantes, donde nos vinha todo o nosso bem-estar, hoje, porém que essa fonte de riqueza está quase extinta, ficou este território assaz reduzido e pobre. *O pequeno rendimento desta Intendência não nos habilita a dar o impulso que desejaríamos dar à instrução pública*, à introdução do trabalho adiantado do arado, pois não há talvez no Estado terrenos tão férteis como o do Serro, para todo o gênero de cultura e mais adaptado a um melhoramento; ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da criação; aos consertos de estradas e construções de pontes indispensáveis ao trânsito público; e assim transparece da posse que tomamos e da responsabilidade que assumimos dos negócios desta Intendência a confiança que nos merece o digno cidadão patriota que em boa hora foi colocado pelo governo provisório à frente dos destinos de nosso Estado [...] (XXX, 2017, grifo nosso).

Pelos documentos citados acima, evidencia-se que nem todos os republicanos históricos serranos retratados por Joaquim de Salles fizeram parte da Intendência como titulares ou suplentes. No caso da família Rabello, um membro titular na Intendência já garantia a perpetuação na elite política da cidade e o acesso às informações privilegiadas do governo, bem como a família Magalhães e Castro, em que apenas o tio mais velho e *mais influente* fez parte do governo provisório como vice-presidente. Teotoninho herdou o poder de outra forma: foi nomeado inspetor da Instrução Pública do município do Serro, cargo que permitia operar diretamente com as elites rurais e urbanas dos distritos. O coronel José de Ávila Bittencourt foi o terceiro membro titular, nomeado intendente procurador. Os intendentes adjuntos, com pouca influência *direta* nas decisões do governo provisório foram o major Ernesto Peregrino do Nascimento Moura, farmacêutico, e o capitão José Generoso de Almeida e Silva, também farmacêutico (SILVA, 1928, p. 185), que pediu dispensa do cargo que foi aceita em 17 de abril de 1890 (DC:139, 21). O titular José de Ávila Bittencourt também solicitou dispensa do cargo tendo sido liberado da função em 07 de março de 1890. Por isso, o titular foi substituído por Ernesto Peregrino do Nascimento Moura que se tornou intendente procurador, sendo nomeado outro adjunto para completar o quadro do Conselho. Foi nomeado o cidadão Carlos da Cunha Pereira, em 15 de março de 1890,

através de ofício escrito por próprio punho, por João Pinheiro da Silva, governador interino (DC:144, 21;140, 21).

Na segunda Intendência, outros políticos *republicanizados* (proprietários de terras e minas, comerciantes no distrito sede) acabaram por assumir os cargos. Secundo José Baptista foi o intendente presidente, proprietário de grande casarão em uma chácara na Rua das Flores (SOUZA, 1999, p. 223). Para intendente “procurador das rendas municipais” foi nomeado por ofício nº 43 o cidadão Joaquim Pereira de Andrade no dia 05 de fevereiro de 1891 e este “prestou juramento e tomou posse do cargo” (DC:137,07). Outros dois membros aparecem nos documentos da Intendência, particularmente no dia da dissolução da Intendência e posse da Câmara Municipal em 07 de março de 1892: o comerciante Francisco Roberto Brandão da Fonseca, proprietário do Bazar do Norte e o capitão Francisco Caetano Xavier (XXX, 2017).

O governo provisório serrano teve duas etapas bem distintas: num primeiro momento os republicanos históricos residentes no Serro foram coordenados pelos republicanos da capital Ouro Preto e se organizaram para realizar a transição e mantiveram seus privilégios, antes como súditos de Dom Pedro II agora como cidadãos da república. Desse acerto político resultou a primeira Intendência.

Este governo municipal tomou medidas modernizadoras: no dia 07 de fevereiro de 1890 publicou edital em que extinguiu o imposto anual para carros e carretões que conduzissem tabuados e alimentos “para o consumo da cidade;” obrigou os agricultores a plantar gêneros alimentícios como “mandioca, batata e bananas em seus sítios”; obrigou os donos de quintais da cidade e suas povoações e aos agricultores “extinguirem os formigueiros em seus quintais, chácaras, sítios ou fazendas, ficando os infratores sujeitos à multa de 5\$000 a 30\$000.” No dia seguinte enviou ofício ao governador solicitando sementes de trigo, cereais, cacau, quina calyssaia do Peru, fumo, hortaliça e frutos, devendo as sementes do cacau ser de frutos antes de secar vindo estas apenas quebradas ensacadas e envoltas em capim”; solicitou ao governo do Estado “um exemplar da música e do hino da proclamação da República, desconhecido ainda nesta cidade” para complementar o quadro de um novo tempo já que havia

recebido “os novos desenhos da bandeira da República e das Armas Nacionais ultimamente adotados pelo governo federal”; ainda negociando o fim do padroado, o Conselho autorizou o repasse de verbas para a construção da capela de São Miguel e Almas, o cemitério municipal (XXX, 2017).

A elite oligárquica serrana tinha uma proposta de modernização bem clara, provavelmente advinda da mentalidade positivista comtiana (IGLÉSIAS, 2001, p. 198) ajuntada com a perspectiva de um certo progresso industrial e/ou comercial para o norte de Minas Gerais, em que a substituição da mão-de-obra escrava pelos imigrantes europeus, aliada à modernização da agricultura e a construção da ferrovia Vitória-Serro poderiam criar um novo cenário favorável para a mesma elite oligárquica tradicional serrana (DC:184, 30). Miranda (2002, p. 30-31) corrobora com nosso ponto de vista quando afirma, retrazendo a trajetória modernizadora das elites serranas, que “a valorização da agricultura como principal fonte de riqueza de uma sociedade é ‘o mais poderoso factor de felicidade popular’ pois “havia naquela conjuntura uma intensa campanha para modernizar a agricultura do município, abandonando os rudimentares meios de tratamento da terra até então utilizados, mecanizando a cultura da terra, construindo escolas agrícolas e fazendas modelo.”

Assim, a oligarquia serrana mineradora e rural, num impulso modernizador hipostasiado no governo republicano, acreditou que a instrução pública poderia ser a forma mais rápida de criação de uma nova classe trabalhadora *livre*, capaz de manter a produtividade do campo e os privilégios na cidade. Segundo Fausto (2001, p. 246), “progresso significava [...] a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.” Nesse sentido se entende melhor o que é anunciado no jornal *Tentamen*:

Instruir a mocidade, formar homens, isto é, educá-los uns para os outros, inspirando-lhes o amor da pátria, é o que hoje mais do que nunca deve-se procurar. Desde que o moço, recebendo o pão da instrução com este começa a nutrir-se, deve compenetrar-se

dos sentimentos das públicas virtudes, pelo exemplo que nos legaram nossos antepassados, e que nos continuam a dar os hodiernos patriotas. Os antigos legisladores não se tinham contentado de inscrever nas suas insituições amor á pátria, eles tinham gravado este sentimento em todos os corações. [...] São as escolas o pórtico, por onde se passa para a sociedade, nelas se principiam a preparar os futuros cidadãos, dos quais dependem os destinos da pátria. (LOYOLA, 1890, p. 1).

Duas conclusões preliminares sobre a transição da monarquia para a república ao modo serrano precisam ser evidenciadas. A primeira diz respeito ao espírito da época, que determinava a forma das elites oligárquicas e urbanas das antigas vilas do ouro de Minas Gerais lidarem com as relações políticas de poder. As elites se organizaram de acordo com a necessidade de manterem seus privilégios na monarquia dissolvida e de manterem seus direitos na república instaurada. De fato, estamos falando de cinco homens da elite serrana que discordam dos fundamentos da monarquia e, por isso, tornam-se liberais, organizando-se em clubes e partidos, vencendo eleições e participando da imprensa local para divulgarem seus ideais. A segunda conclusão é a condução elitista oligárquica e centralizadora para um governo dito republicano, democrático. Os donos do poder, aqueles que revezavam no controle social a partir da centralidade ds decisões através das insituições públicas na monarquia continuaram a exercer esse poder e autoridade da mesma forma na república, modificando o seu discurso e insistindo no ideário modernizador através da instrução pública.

Portanto, após a demonstração do quadro geral do novo arranjo das elites serranas do monarquismo para o republicanismo, com a a caracterização de seus atores, podemos aprofundar em que sentido a modernização serrana pela instrução pública tornou-se um novo discurso hegemônico das elites locais para legitimarem sua posse no poder local.

A educação para o povo: O cotidiano da instrução pública

Digna de gerais encômios e dos aplausos de todo município tem sido esta ilustre corporação, por ter sabido tão bem compreender a necessidade das escolas primárias nos pontos em que a instrução tem sido falha. Foi a extinta Câmara municipal desta Cidade a primeira que teve a perfeita ideia de criar escolas municipais pagas pelo respectivo cofre. (INTENDÊNCIA, 1890, p. 1-2).

O Conselho de Intendência usou o jornal *Tentamen* para propagandear o seu principal corolário: a instrução popular republicana. A ampliação do número de escolas apareceu como uma meta do governo municipal provisório. Chama-nos a atenção, contudo, o fato de que a educação pareceu adquirir um sentido *universal, popular, intergeracional* em que o atraso do passado, apesar do esforço da Câmara Municipal dissolvida pela república em expandir a instrução, parecia se revelar no tempo do *agora*, de maneira clara e evidente com a moderna forma de governo adotada no Brasil. O momento atual do agora se dá como a superação dos momentos anteriores e se por causa dele *exclusivamente* se elucida a história *do passado*: todas as dificuldades da instrução pública do passado foram necessárias para que algo de novo surgisse, *agora* em um estágio superior, mais adequado à modernização da vida social.

Evidentemente, estamos diante da prerrogativa da modernização do positivismo em que “a existência de uma essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquandra coercitivamente na dimensão da norma” (ORTIZ, 1983, p. 10) se tranforma numa força externa controladora e impulsionadora da sociedade e da sua consciência coletiva, cabendo ao ser individual guiar-se para seu projeto de homem social, aquele que respeita o papel *formador e universal* das instituições. Nesse sentido, “Comte defendia a ideia de ordem industrial e o progresso nela embutido. Seu lema é a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim.” Por isso, “o positivismo tende poderosamente, por sua natureza, a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação” em que “os ideais de ordem e progresso na educação aparecem sob forma de disciplina e educação, respectivamente, como processo evolutivo.” Por isso, “por progresso entende-se que o aluno, como membro da sociedade, deve passar por fases evolutivas: o pensamento teológico, o metafísico e, por fim, o positivo” (ISKANDAR e LEAL, 2002, p. 4).

Contudo, Nagle (1974, p. 63) alerta-nos a respeito da transposição imediata e descontextualizada do ideário positivista para a realidade brasileira em que “conservados em seus elementos universais, obtidos pela análise de formas históricas mais evoluídas, tentou-se interpretar a realidade brasileira” e “o que excedeu em esquema teórico, faltou em informações históricas concretas.” Assim, o ideário positivista de transformação prescindiu do fato primordial: não houve a preocupação de “pensar o Brasil”.

Na impossibilidade de se fazer uma comparação de dados no período imperial e os primeiros anos do Conselho de Intendência, ficamos à mercê do otimismo republicano em relação à instrução. Assim, o artigo destacou a disciplina e o respeito “que reinam durante o ensino, e pela frequência de numerosos alunos, o que parece provar o gosto que tem em frequentar a escola.” As escolas mistas municipais regidas pelas professoras Bibiana Augusta de Queirós e Ana Procópia da Costa impressionaram o inspetor municipal do Serro, Teotônio de Magalhães e Castro, o Teotoninho, autor do artigo. Assim, descreveu que a comissão avaliadora composta por ele, Dr. Sabino Barroso Júnior, Raimundo Augusto da Silva, Antônio de Araújo Costa du Cursage, Francisco Xavier de Figueiredo Júnior e João Moreira da Silva Júnior, ficou surpresa com o aluno da segunda classe, Raimundo Alves de Queirós “que tem 7 anos de idade” e “foi matriculado analfabeto em 16 de janeiro de 1888.” Concluiu, pois, que “prossiga o Conselho de Intendência na criação de aulas ambulantes, que está salva a nossa querida pátria” pois “deve-se orgulhar o Serro, visto ter partido desta cidade a iniciativa da criação de tais aulas, tendo sido feita a proposta em sessão da Câmara no ano [18]79 e convertida em lei pela resolução nº 2.717 de 18 de outubro de 1880” (CASTRO, 1890, p. 2).

Destacamos anteriormente o ideário positivista da instrução pública republicana no Serro. Contudo, todo projeto de reforma precisa de viabilidade prática. Por isso, a viabilidade imediata da nova instrução pública esbarrou num problema de primeira grandeza: a imensidade geográfica dos municípios e de seus distritos sedes em relação ao território total. Como controlar um novo projeto sem a presença dos seus inventores e articuladores nos espaços em que precisam de sua intermediação? É

assim que localização do Serro em relação ao restante dos demais distritos do município deve ser levada em conta na avaliação da proposta de expansão da instrução pública republicana para o norte de Minas Gerais. O Serro era um enorme município, com estradas precárias, sem ferrovias, em que as distâncias impediam um efetivo controle das mudanças propostas. No ano de 1890, o Serro se estendia por territórios inóspitos. Para se ter uma noção ampliada das dificuldades daquela época, a lei provincial n.º 93, de 06 de março de 1838, concedeu foros de cidade à sede municipal e, no ano de 1911, depois de ocorrer a emancipação de vários de seus distritos, o município contava com 10 deles, além da sede. Assim, podemos dimensionar a extensão do município do Serro à época: Rio do Peixe (atual cidade de Alvorada de Minas a 32 km), Itambé (atual cidade de Santo Antônio de Itambé a 27 km), Milho Verde (atual distrito do Serro a 27 km), Rio das Pedras (atual distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras a 32 km), Correntes (atual cidade de Sabinópolis a 50km), Mãe dos Homens do Turvo (atual cidade de Materlândia a 74 km), São José dos Paulistas (atual cidade de Paulistas a 88 km), Rio Vermelho (atual cidade do mesmo nome a 68 km) e Itapanhoacanga (atual distrito de Alvorada de Minas a 29 km). Não é de se espantar que um projeto de instrução pública acabasse ficando restrito ao município sede, sendo ele o principal afetado rapidamente pelas novas instruções dos governos federal e estadual, uma vez que lá moravam os intendentes e o inspetor da instrução pública.

O Conselho de Intendência bem que tentou agilizar a implantação de um novo projeto de instrução pública através de um Código de Posturas publicado no dia 06 de fevereiro de 1890, dois dias após sua posse. É o que se lê a seguir:

A Intendência Municipal do Serro no intuito de desenvolver largamente a instrução pública primária entre os seus munícipes observando que o número de crianças em idade escolar é muito superior ao que freqüenta as escolas estabelecidas no município; e que por conseguinte a causa deste mal nasce da inércia dos pais ou protetores dos mesmos resolveu submeter à aprovação do vosso benéfico governo o seguinte plano de Postura para ser observado nesta Intendência: Art. 1º - Nesta cidade, em seus arraiais e povoados onde houver escolas públicas do Estado ou criadas por esta Intendência fica estabelecido o ensino

obrigatório. Parágrafo único - todos os pais, tutores, protetores e mais pessoas que tenham em sua companhia filhos menores, tutelados, parentes ou mesmo estranhos serão obrigados a fazê-los freqüentar a escola: pena de multa de 5\$ a 30\$000; caso de reincidência pena de prisão.

Contudo, o código não passou pelo crivo do Governo Estadual, em Ouro Preto. Em ofício de próprio punho João Pinheiro da Silva, governador, arbitra pela negação da aprovação das posturas, alegando que o município não podia legislar sobre escolas do governo estadual e que deveria seguir, por mais estranho que isso pareça, as regras estabelecidas pelo Regulamento Provincial nº 100, de 1883, à época sob o governo de Antônio Gonçalves Chaves:

Respondendo ao ofício de 6 do mês findo no qual propusustes a este governo a aprovação de artigos de posturas sobre escolas públicas nesse município, tenho a declarar-vos que achando-se compreendidas nas aludidas posturas as escolas públicas, custeadas e já regulamentadas pelo Estado, deixo de concecer a aprovação pedida, por isso que só nos cabe atribuição de regular o ensino custeadas pelos cofres municipais, o qual, também, não poderá, entretanto, sair das metas dadas nos artigos 65 e 66 do Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883, ou pelas que de futuro forem estabelecidas (DC: 134, 21).

A fim de demonstrar como o ideário positivista da instrução pública e suas dificuldades em cobrir os vastos espaços do município se amalgamavam nesse contexto histórico, podemos citar como era o funcionamento burocrático da Instrução Pública serrana. Sabemos que a permanência de Teotônio de Magalhães e Castro como inspetor da Instrução Pública do Serro durou poucos meses, ou seja, de 22 de março a 1º de setembro de 1890 quando foi exonerado pelo secretário da Inspeção Geral da Instrução Pública do Estado de Minas Gerais (DC:04, 02), sendo renomeado no dia 9 de setembro de 1890 (DC:06,02), não se podendo verificar se, de fato, reassumiu suas funções e, se isso aconteceu, até quando permaneceu no cargo. Consta em arquivo interessante correspondência entre Teotoninho e a Inspeção Geral em Ouro Preto, bem como das escolas do Serro com ele, através de mapas de turmas e pedidos de transferência para outras localidades. Entre estas

correspondências, há um ofício da Inspeção Geral de 27 de março de 1890 onde se pode ler:

Comunico-vos que por ato de 20 do corrente foi concedida licença aos professores Januário Júlio Baracho e Francisco da Costa Botelho, este da cadeira de S. Domingos, termo do Peçanha, e aquela da de S. José dos paulistas, desse termo, licença para permutarem entre si as mesmas cadeiras, ficando-lhes marcado, a contar de hoje, o prazo de 60 dias para apostilarem os seus títulos e entrarem em exercício (DC:05, 02).

Pelos documentos, pode-se vislumbrar a rotina burocrática da Instrução Pública serrana. São nomeações por conta de concursos (DC:16,02) ou designações (DC:14,02; 02,02; 11,02), exonerações e transferências de servidores (DC:07,02; 57,33; 35, 19), mapas e diários de classes (DC:56,33; 05,12; 09,02; 128, 31; 55, 33; 64,10; 28,10), ofícios normativos (DC:01,02; 10,02; 08,02), atas de exames (DC:60,33; 54, 33), cartas de agradecimento (DC:66,18), declarações de serviços prestados por professores (DC:68, 22). Este acervo mostra uma instrução pública com grande movimentação burocrática, baseada em legislação *ainda predominantemente monárquica em suas formulações*, estabelecendo normas e registros para o acompanhamento do processo de matrículas dos alunos, de seus exames e do exercício do magistério em diversas localidades do município. É o que mostra, por exemplo o ofício da Inspeção Geral abaixo, datado de 30 de agosto de 1890:

Comunico-vos que por ato de 25 do corrente mês foi reintegrado na cadeira da Pedra Redonda desse termo o ex-professor Francisco da Costa Botelho sendo-lhe marcado a contar de hoje o prazo de noventa dias para apostilar seu título e entrar em exercício do magistério (DC:03, 02).

A rotina burocrática da Instrução Pública do Conselho de Intendência do Serro em seus ofícios, nomeações, exonerações, mapas e diários de classes demonstra claramente que o funcionamento das escolas serranas estava condicionado ainda às práticas do período imperial, em especial, ao Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, instituído por Carlos Leôncio de Carvalho e que afetou a organização do pretense sistema de

ensino brasileiro (SAVIANI, 2013, p. 166-171), ainda incipiente. Nesse sentido, a reforma Leôncio de Carvalho procurou inovar no campo da instrução pública em relação às normas anteriores, em especial, a reforma de Couto Ferraz, realizada pelo Decreto nº 1.331-A, de 1º de fevereiro de 1854 (SAVIANI, 2013, p. 137-138). A reforma Leôncio de Carvalho estabeleceu a obrigatoriedade da frequência em escolas de primeiro grau para indivíduos de sete a quatorze anos. É assim que Joaquim de Salles contou em suas memórias como se organizava a escola do Chico Carangonço, que atendia aos alunos de várias idades na cidade do Serro, sendo que “dos meus irmãos varões os dois mais velhos, o Doutor e o Lucas, estavam matriculados em sua escola e lá aprendiam o curso primário” e “outros adolescentes das melhores famílias do Serro, deveram ao Chico Carangonço os passos dados nas primeiras letras” Assim, “se ele ensinava bem ou mal, não posso informar” pois “sei que Adolfo Araújo, três anos depois de ter deixado o velho mestre, já era aluno da Faculdade de Direito de São Paulo e escrevia em jornais da capital bandeirante verrinas e versos” (SALLES, 1993, p. 176-177). Ressalta-se que a matrícula dos alunos era obrigatória para os pais e o não fazê-lo poderia gerar multa. É assim que “nesse contexto, a ideia sobre a educação como um fator indispensável à formação do cidadão nacional, bem como ao desenvolvimento e modernização da sociedade se intensificou” reforçando-se a “defesa da ampliação das condições de acesso à educação e à qualidade do ensino.” Nesse sentido, “a obrigatoriedade de ensino primário exigia, por um lado, a ampliação da quantidade de instituições educativas para atender a toda população em idade de recebê-lo” e de outro lado “este era um investimento considerado necessário, visto possuir possibilidades de trazer benefícios à sociedade” objetivando-se “por meio da educação” a moralização do povo, “incutindo-lhe hábitos de higiene e amor ao trabalho, de modo a desenvolver a indústria e aumentar a riqueza pública” (MELO e MACHADO, 2009, p. 297; 299)

Com a proclamação da república em 1889, adveio a reforma Benjamin Constant, iniciada com o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 (CURY, 2001). A ampla reforma que acabou sendo completada com mais vinte decretos, estabelecia inicialmente em seu artigo 2º que “a instrução primária, livre, gratuita e leiga, será dada no Distrito Federal em escolas

públicas de duas categorias: 1^a escolas primárias do 1^o grau; 2^a escolas primárias do 2^a grau” sendo que “§1^o As escolas do 1^o grau admitirão alunos de 7 a 13 anos de idade, e as do 2^o grau, de 13 a 15 anos” e “umas e outras serão distintas para cada sexo, porém meninos até 8 anos poderão frequentar as escolas do 1^o grau do sexo feminino.” Para isso, “§2^o Nenhum aluno será admitido à frequência das escolas do 2^o grau sem exibir o certificado de estudos primários do grau precedente” (BRAZIL, 1890b; RIBEIRO, 1993). A reforma Benjamim Constant é brevemente mencionada por Saviani (2013, p. 169) como tencionando basicamente “a organização curricular” e muito superficialmente a administração escolar, “já que teve em contraposição à predominância dos estudos literários procurou introduzir as matérias científicas.”

Percebe-se que o trabalho do Conselho de Intendência do Serro era ainda administrar os continuísmos imperiais da reforma de Leôncio de Carvalho. Ressaltamos que a implementação efetiva das reformas era lentíssima: à época, a cidade do Serro dispunha de uma Agência de Correios e Telégrafos: os telegramas eram usados apenas para comunicados brevíssimos e urgentíssimos; os ofícios chegavam pelo fluxo normal das postagens. Nesse caso, os ofícios com as decisões do governo federal instalado na capital que era o Rio de Janeiro precisavam chegar à capital mineira em Ouro Preto e depois serem repassados para Instrução Pública serrana o que levava semanas e até meses para que as comunicações pudessem ser lidas e os *processos administrativos* pudessem ser modificados. Por isso, por maior que seja o impulso reformador republicano do Conselho de Intendência do Serro haviam as objeções da espacialidade e da temporalidade do século XIX que refreavam por sua dinâmica própria os processos modernizadores, céleres e *tidos como imediatos e inadiáveis*. Nesse sentido, Teotônio de Magalhães e Castro, o inspetor da Instrução Pública do Serro, manteve uma rotina em seus atos oficiais – sejam documentos, visitas, exames, mapas de turmas, relatórios, entre outros, baseados na reforma de 1879. A república ainda palmilhava os passos do império. De fato, a herança do funcionamento da instrução pública no Serro nos moldes imperiais vai perdurar durante o governo provisório, ou seja, de 23 de janeiro de 1890 a 07 de março de 1892.

Não poderíamos terminar nossas considerações sem avaliar o papel da imprensa nesse contexto. Os jornais serranos iniciados com a nomeação do Conselho de Intendência foram muitos, o que denota uma efervescência de embates políticos na sociedade, sendo que a imprensa acaba por funcionar como um *espaço-arena em que os conflitos inerentes à sociedade civil são resolvidos, criando-se uma luta ideológica em torno do que é verdadeiro e falso, através daquilo que é escrito, positivado, hipostasiado em páginas de papel*. Evidentemente, imprimia um jornal numa tipografia especializada para isso quem tivesse apoio financeiro, seja através de assinaturas, seja através do patrocínio do Conselho de Intendência. Por isso, a maioria dos jornais apoiava a república e recebia pagamentos oficiais para isso como mostram dois recibos salvaguardados em arquivo público (DC: 140, 20; 165, 22).

Nesse sentido, logo após a proclamação da república, no ano de 1890, a cidade do Serro reavivou sua imprensa com a publicação de jornais simultâneos como o *Tentamen*, *Corisco*, *O Serro* e *O Mensageiro*. Já a partir de 1893 até 1896 restou o jornal *A Sentinella*, que teve como redatores Teotônio Pereira de Magalhães e Castro e o coronel Ângelo Ribeiro de Miranda (1866-1931). Este apareceu no dia 21 de abril de 1893, com a explícita legenda republicana “resolutos e impávidos combateremos o mal seja qual for a providência. Em política somos o que sempre fomos, pela república até o sacrifício”. É nesse jornal que o influente inspetor da Instrução Pública do Serro, o Teotoninho, sobrinho do influente *cidadão* Jacinto Pereira de Magalhães e Castro publicou sua despedida da cidade para assumir o cargo de Deputado em Ouro Preto, deixando a *prefeitura* da época, em que assumira o cargo de Agente Executivo.

Enquanto a imprensa serrana era dominada pelos republicanos, por outro lado, o jornal *O mensageiro* era um semanário católico e conservador e que, não por acaso, foi o único jornal da Igreja na história da imprensa serrana. Tratava-se de uma *resposta ao projeto modernizador da república* (LEITE, 2011, p. 32) que incluía a discussão sobre o papel dessa instituição nas decisões políticas e na instrução pública, com a discussão sobre o ensino religioso nas escolas.

Portanto, entre conflitos e acordos, avanços e retrocessos, permanências e mudanças, entre o velho e o novo, entre o atrasado e o moderno, entre o religioso e o laico, entre o cristianismo e a secularização, a elite agrária e mineradora serrana fez seu ritual de passagem de um regime monárquico parlamentarista para um regime republicano federalista. A *casaca virada* do império para a república só não conseguiu nos primeiros anos mudar a realidade da instrução pública, pelos diversos fatores analisados.

Conclusão: não há República sem instrução pública

Concluimos nossa investigação apontando quatro resultados. O primeiro é a confirmação de que o ideário positivista da modernização da instrução pública foi assumido *imediatamente* pelo Conselho de Intendência do Serro, sendo nomeado para inspetor municipal o republicano histórico Teotônio de Magalhães e Castro. Participante da pitoresca alvorada republicana, Teotoninho como o conhecia Joaquim de Salles, incorporou em sua atividade cotidiana a difícil tarefa de republicanizar uma instrução pública com um legado imperial, marcada pela reforma de Leôncio de Carvalho, de 1879 e que afetava as relações das escolas municipais com a Intendência. A república precisava se tornar realidade rapidamente. O problema de um ideário positivista é que ele necessita de dados, de experiência, de processos eficazes e modernizadores para ser lido como verdadeiro pela população. Nesse ponto o inspetor não conseguiu muito sucesso nos seus poucos meses de mandato: foi deixando o projeto se tornar legislação renovada com a reforma Benjamin Constant iniciada em 1890 e consolidada na Consituição de 1891. Isso nos leva à segunda conclusão.

O município do Serro de 1890-1892 era de proporções espaciais gigantescas. Com isso, a pedagogia da novidade foi sonhada apenas para o município-sede e alguns de seus povoados mais próximos. Isso ficou claro com a insistência de publicações de exames escolares nos jornais serranos

para satisfazer o desejo de reformulação da instrução pública apresentando à população resultados efetivos. O Conselho de Intendência precisava do apoio dos munícipes mais próximos, os da cidade-sede. O projeto renovador precisava de muito mais tempo para se efetivar. Espaço e tempo conspiraram contra os intendentess nos dois anos de mandato. Somente a partir de 1908 a cidade verá uma nova instituição: O Grupo Escolar Dr. João Pinheiro.

O terceiro resultado de nossa investigação diz respeito ao funcionamento burocrático da Instrução Pública dirigida pelo Conselho de Intendência. O continuísmo do império tornou-se evidente com a negativa do governador ao novo Código de postura relativo à instrução pública serrana. Era para esperar uma nova legislação e mais: não se devia passar por cima das leis *provinciais* e *estaduais*. No ofício da reprovação das Posturas, o governador João Pinheiro alega que os custos e metas eram delineados pelo governo federal. Como o município do Serro passava por uma crise econômica os novos tempos da república positivista deveriam esperar uma nova evolução. Isso se confirmou pelos documentos que mostraram um rigoroso processo de controle das escolas públicas, dos professores e do próprio Conselho de Intendência. O positivismo apregoa o organicismo: o município é um membro de um corpo político maior e deveria saber esperar *de cima a chegada de novas medidas, de novos recursos, de nova legislação*.

O quarto resultado é a constatação de que a imprensa serrana foi reavivada pelo golpe republicano e a nomeação da Intendência. Os intendentess foram rápidos em produzir informação para *o povo compreender qual era o novo funcionamento do jogo político, da nova constituição de poder do corpo político*. Assim, a negociação dos republicanos com a Igreja Católica ficou difícil: com o fim do padroado e dos privilégios eclesiásticos mantidos no Império, o vigário do Serro se viu na obrigação de *reconduzir seu rebanho ao seu verdadeiro pastor*, que não era nesse caso um governo republicano que pregava uma nova moral laica e secular. A imprensa e seus jornais demonstrou que um projeto republicano precisa

da adesão popular para se efetivar. Contudo, todo projeto tem apropriações positivas e negativas. Os que ganham com ele, se convencem. Os que perdem, se revoltam.

Por fim, nossa investigação, longe de esgotar as possibilidades de análise da transição de um projeto de instrução pública no interior do Conselho de Intendência, intencionou colaborar com a compreensão das articulações políticas ligadas à educação nos primeiros anos da república brasileira, a partir de sua célula primeira, o município, nesse caso, o município do Serro com uma elite agrária e mineradora profundamente apegada ao controle de seus antigos súditos, agora transformados em *cidadãos*.

* * *

Referências

- ALMEIDA, J. R. P. de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: Educ.; Brasília: Inep/MEC, 1989.
- ANDRADE, R. F. M. de; CARVALHO, Carlos Henrique de. A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na Província de Minas Gerais (1850-1889). *História da Educação - ASPHE/FaE/UFPel*, v. 13, n. 28 p. 105-133, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso: 04 out. 2017.
- ARQUIVO IPHAN SERRO. *Documentos de Câmara*. Acta de exame dos alunos da escola pública de instrução primária de primeiro grau, do sexo masculino, do distrito de S. José de Itapanhoacanga, de 21 de julho de 1890. Documento 54, Caixa 33, 21/07/1890;
- Acta de Exame dos alunos da escola de instrução primária, 1º grau, do Districto de São José do Quilombo, de 1º agosto de 1890. Documento 60, Caixa 33, 1º de agosto de 1890;
- Carimbo do Conselho de Intendência. Documento 137, Caixa 07, 04/02/1891; Carta ao Inspetor Municipal do Serro, de 14 de agosto de 1890. Documento 10, Caixa 02, 14/08/1890;
- Carta de agradecimento ao presidente e membros do Conselho de Intendência do Serro, de 17 de março de 1890. Documento 66, Caixa 18, 17/03/1890; Certificado de exercício de função da professora Bibiana

Augusta da Silveira, de 06 de junho de 1891. Documento 68, Caixa 22, 06/06/1891; Circular do Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais, de 02 de junho de 1890. Documento 119, Caixa 21, 02/06/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 27 de março de 1890. Documento 05, Caixa 02, 27/03/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 13 de junho de 1890. Documento 02, Caixa 02, 13/06/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 17 de julho de 1890. Documento 11, Caixa 02, 17/07/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 22 de julho de 1890. Documento 01, Caixa 02, 22/07/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 27 de julho de 1890. Documento 07, Caixa 02, 27/07/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 05 de agosto de 1890. Documento 57, Caixa 33, 05/08/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 12 de agosto de 1890. Documento 08, Caixa 02, 12/08/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 28 de agosto de 1890. Documento 16, Caixa 02, 28/08/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 30 de agosto de 1890. Documento 03, Caixa 02, 30/08/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 1º de setembro de 1890. Documento 04, Caixa 02, 01/09/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 13 de setembro de 1890. Documento 06, Caixa 02, 13/09/1890; Comunicado ao Inspetor Municipal do Serro, de 27 de setembro de 1890. Documento 01, Caixa 02, 27/09/1890; Comunicado de exoneração de José Generoso de Almeida e Silva, de 17 de abril de 1890, Documento 139, Caixa 21, 17/04/1890; Comunicado de nomeação do procurador das rendas municipais Joaquim Pereira de Andrade, de 04 de fevereiro de 1891, Documento 137, Caixa 07, 04/02/1891; Mapa de aula pública municipal, de 31 de dezembro de 1891. Documento 28, Caixa 10, 31/12/1891; Mapa de frequência da Escola Mista das Lages, de 04 de outubro de 1890. Documento 09, Caixa 02, 04/10/1890; Mappa da Escola Municipal de instrução primária no lugar denominado Condado, de julho a setembro de 1890. Documento 05, Caixa 12, setembro de 1890; Mappa dos Alunos da Escola Mixta de 1º grau do Districto de São José do Quilombo, do 3º trimestre de 1890. Documento 56, Caixa 33, setembro de 1890; Mappa dos alunos da Escola de 1º grau do sexo feminino da Freguesia de São José de Paulista, de 21 de setembro de 1891. Documento 55, Caixa 33, 21/09/1891; Mappa dos alunos que frequentaram a escola municipal estabelecida no Ribeirão, de 31 de março de 1891. Documento 128, Caixa 31, de 31 de março de 1891; Ofício de 11 de março de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Conselho de Intendência do Serro. Documento 134, Caixa 21, 11/03/1890; Ofício de 15

de março de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Senhor Presidente e membros da intendência do Serro. Documento 140, Caixa 21, 15/03/1890; Ofício de 15 de março de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Senhor Presidente e membros da intendência do Serro. Documento 180, Caixa 21, 15/03/1890; Ofício de 15 de março de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Conselho de Intendência do Serro. Documento 140, Caixa 20, 15/03/1890; Ofício de 18 de fevereiro de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Conselho de Intendência do Serro. Documento 143, Caixa 21, 18/02/1890; Ofício de 24 de fevereiro de 1890, do governador João Pinheiro da Silva ao Conselho de Intendência do Serro. Documento 144, Caixa 21, 24/02/1890; Ofício nº 273, de 12 de fevereiro de 1890, do Diretor Geral de Estatística, do Rio de Janeiro ao Governador do estado de Minas Gerais, sobre cultos professados pela população. Documento 119, Caixa 21, 12/02/1890; Pedido para dar baixa em lançamento, de 26 de dezembro de 1891, Documento 35, Caixa 19, 26/12/1891; Petições ao presidente da Intendência do Serro, de 30 de setembro de 1891. Documento 64, Caixa 10, de 30 de setembro de 1891; Recibo de Alexandrino Zacharias da Silva, de 27 de janeiro de 1891. Documento 180, Caixa 21, 27/01/1891; Recibo de Augusto de Carvalho, de 10 de dezembro de 1891, Documento 165, Caixa 22, 10/12/1891; Recibo de Francisco Caetano Xavier Júnior, de 11 de janeiro de 1891, de 17 de março de 1890. Documento 176, Caixa 20, 11/01/1891; Recibo de Theófilo Antônio da Silveira, de 03 de maio de 1891, Documento 184, Caixa 30, 03/05/1891.

ARQUIVO IPHAN SERRO. *Jornais. A Sentinella*, 01/06/1893; *O Mensageiro*, 31/03/1891;

O Serro, 07/05/1893; *Tentamen*, 21/08/1890.

BRAZIL. Decreto nº 1º, de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil*. Primeiro fascículo. 15 de novembro a 31 de dezembro de 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (a).

BRAZIL. Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal. *Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Décimo primeiro fascículo de 1 a 30 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890 (b).

CASTRO, T. de M. e. Escolas municipaes. *Tentamen*, Serro, 21/08/1890, p. 2.

- CURY, C. R. J. *Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CURY, C. R. J. O público e o privado na história da educação brasileira. In: FÁVERO, O. (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 4-27.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 9.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da educação, 2001.
- IGLÉSIAS, F. *Trajatória política do Brasil. 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- INTENDÊNCIA Municipal. *Tentamen*, Serro, 21/08/1890, p. 1-2. In: ARQUIVO IPHAN SERRO. *Jornais. Tentamen*, 21/08/1890.
- ISKANDAR, J. I.; LEAL, M. R. Sobre positivismo e educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.
- LEITE, F. C. O *Laicismo* e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, jun. 2011.
- LOYOLA, I. de. A instrução. *Tentamen*, Serro, 21/08/1890, p. 1. In: ARQUIVO IPHAN SERRO. *Jornais. Tentamen*, 21/08/1890.
- MELO, C. S.; MACHADO, M. C. G. Notas para a história da educação: considerações acerca do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 34, p. 294-305, jun. 2009.
- MIRANDA, L. S. A. Olhar de moribundo: o discurso das elites sobre a decadência do Serro de 1912 a 1919. *Revista de História do Serro*, n. 01, 14 mar. 2002, p. 7-45.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.
- ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira*. 15.ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.
- ROCHA, M. B. M. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Brasília: Ed. Plano; Campinas: Autores Associados, 2004.
- SALLES, J. de. *Se não me falha a memória*. 2.ed. São Paulo: IMS, 1993.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2017.
- SILVA, D. A. F. da S. *Memória sobre o Serro Antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SOUZA, M. E. de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

Recebido em 04 de outubro de 2017.
Aprovado em 03 de dezembro de 2017.